



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0166800-4/02
EMBARGANTE(s): Carlos Wanderley de Albuquerque e outros
EMBARGADO(s): Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES NA DECISÃO. INOCORRÊNCIA. EFEITOS MODIFICATIVOS. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO.

- Na decisão terminativa impugnada houve apreciação da matéria litigiosa, em consonância com o que se reputou concernente ao conflito.
- Pretende a embargante com os presentes aclaratórios modificar a decisão que lhe foi desfavorável, com o único intuito de ter julgado procedente o seu pedido, o que é incabível nesta sede recursal, por absoluta ausência de amparo legal.
- À unanimidade de votos, foram rejeitados os Embargos Declaratórios.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração n.º 0166800-4/02, em que figuram como embargante Carlos Wanderley de Albuquerque e outros e como embargado Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco.

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Integrantes do Egrégio Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conhecer e rejeitar os Declaratórios, certo que integram o acórdão, a ementa, o relatório, os votos, assim como as notas taquigráficas da discussão.

Recife, _____ de _____ de 2010.

Presidente

Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0166800-4/02
EMBARGANTE(s): Carlos Wanderley de Albuquerque e outros
EMBARGADO(s): Secretário de Defesa Social
RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração interpostos contra acórdão, proferido nos autos do Agravo Regimental, tombado sob o n.º 0166800-4/01, que manteve a decisão monocrática terminativa que indeferiu a petição inicial, ante a ausência de interesse processual.

Os embargantes sustentam que o aludido acórdão foi omissivo, posto que não apreciou a questão sob o ponto de vista de uma reclamação constitucional.

Argumentam, ainda, que se trata de um ato de omissão e portanto não sujeito à prescrição, conforme foi decidido.

Pretendem, portanto, os embargantes o reexame do mérito da ação rescisória, ao argumento de prequestionar a matéria já apreciada e julgada, inclusive para, infringentemente, alterar-lhe as conclusões, a fim de dar prosseguimento à referenciada ação.

É o relatório.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

15
209

Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0166800-4/02
EMBARGANTE(s): Carlos Wanderley de Albuquerque e outros
EMBARGADO(s): Secretário de Defesa Social
RELATOR: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

VOZ

A alegação de ocorrência de omissão é descabida. Na decisão terminativa impugnada houve apreciação da matéria litigiosa, em consonância com o que se reputou concernente ao conflito. Ressalta-se que, decidindo acerca das questões impugnadas, este órgão em decisão integrativa desta relatoria entendeu que "A omissão impugnada foi constatada desde a incorreção na publicação da primeira decisão. Assim, passados mais de 17 (dezesete) anos, o direito já estava prescrito pelo decurso de cinco (5) anos, como estabelece a regra do artigo 1º do Decreto Federal nº 20.910, de 06.01.1932.", portanto, descabida a alegação de omissão.

Cumprе mencionar que a matéria já foi decidida e suficientemente fundamentada. Os embargantes pleiteiam a correção de um ato acontecido há mais de dezessete anos, sem que houvesse qualquer pedido anterior para que o alegado erro fosse corrigido. A intenção de rediscutir matéria já decidida no julgamento monocrático não se coaduna com a finalidade dos embargos de declaração.

Ora, o que transparece, em verdade, é a manifesta intenção da embargante de conferir efeito infringente ao recurso, vez que não se conforma com o que fora decidido, o que só é possível em casos excepcionais, o que não se configura na hipótese.

Outrossim, no que tange às alegações de afronta a vários dispositivos legais, não merecem prosperar, posto que os fundamentos utilizados na decisão são abordam todos os aspectos relevantes suscitados. Além disso, não é necessário que o julgador aprecie cada argumento isoladamente, quando já bastante fundamentada e convicta a decisão.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

Por todo o exposto, nego provimento aos Embargos Declaratórios, para manter incólume a decisão hostilizada, nos termos do art. 557, do CPC.

É como voto.

Recife, _____ de _____ de 2009.

Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator